



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2020, consolidamos nossa atuação como parceiro preferencial do planejamento e desenvolvimento da infraestrutura nacional de transportes. Reafirmamos, também, nosso compromisso com nossos valores e com a sociedade brasileira.

Prosseguimos com a adoção das melhores práticas de governança, aprovamos nossa Política de Integridade e reforçamos as iniciativas para aumentar a transparência em nossa atuação. Atualizamos nosso planejamento estratégico para podermos prestar mais e melhores serviços aos nossos clientes e contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes.

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19, entregamos ao Ministério da Infraestrutura estudos para concessões e arrendamento de ativos e obtivemos licenças ambientais para diversos empreendimentos, contribuindo para a continuidade do programa de concessões do Governo Federal. Logramos também conquistar nossos primeiros clientes entre estados da federação e operadores portuários. As novas oportunidades de geração de receitas nos permitirão reduzir a dependência de subvenção do nosso controlador.

Em 2021, daremos continuidade aos mais de 60 (sessenta) projetos em andamento na companhia. Afinal, a [#eplnaopara](#).

Receitas e Despesas

Apesar das receitas frustradas, devido à pandemia, no período a que se referem estas Demonstrações Financeiras, foram auferidos tanto receitas com a prestação dos serviços de elaboração de estudos técnicos, no montante bruto de 1.630.962,75 (um milhão, seiscentos e trinta mil novecentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos), como o ressarcimento e remuneração pela obtenção da Licença Prévia nº 583/2018 no âmbito do Contrato de Concessão da Rodovia BR-364/365/MG/GO – celebrado em 19/12/2019 – entre a União e a Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., relativo ao trecho entre o entroncamento com a BR-060(A) (Jataí/GO) e o entroncamento com a MG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG), no montante de R\$4.766.596,30 (quatro milhões, setecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e noventa e seis reais e trinta centavos). Outrossim, foram recebidos recursos provenientes do Tesouro Nacional para o subsídio de suas atividades, de acordo com os cronogramas de desembolso previstos para o ano.

Destaca-se no período a redução da necessidade de recursos do Tesouro Nacional em 15,78% (quinze vírgula setenta e oito por cento). A redução deve-se, precipuamente, ao fato de, no ano de 2020, a EPL ter obtido autorização para utilização de recursos próprios para realização de pagamentos de despesas associadas às suas operações, consoante Lei nº 13.978/2020. O montante total dos recursos próprios efetivamente utilizados para pagamento de despesas foi de R\$ 4.524.445,31 (quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Resultado Líquido do Exercício e Fluxo de Caixa

A partir do 2º trimestre de 2020 ocorreu redução dos repasses advindos do Tesouro Nacional, em função de a EPL estar utilizando recursos oriundos de receitas próprias para pagamento de despesas, conforme mencionado anteriormente. Tal operação impacta negativamente o resultado da Empresa, porquanto se tais despesas houvessem sido custeadas com recursos do

Orçamento Geral da União, haveria o registro de receita de repasse no resultado, no mesmo valor. Ainda assim, tal fato demonstra que a EPL está trabalhando em sua meta de ampliar a prestação de serviços à sociedade, auferindo receitas para sustentar seu desenvolvimento.

Além deste fato, o resultado gerado no período deve-se, precipuamente, à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas; tais como depreciação, amortização provisões e, a partir de 2020, os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil sobre o contrato de locação do imóvel Sede da empresa.

Apresenta-se, a seguir, o comparativo entre o Resultado Líquido do Período e o impacto das despesas econômicas, bem como da aplicação de recursos próprios em despesas para suas atividades:

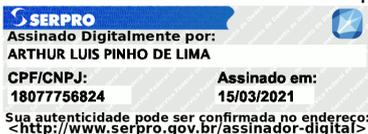
	31/12/2020
Pagamentos de despesas com recursos próprios	4.524.445
Efeito adoção CPC 06(R2) - Arrendamentos	601.044
Depreciação bens móveis e Amortização	2.627.737
Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis	1.978.135
Total	9.731.361
Resultado do Período	(7.330.302)

Cabe ressaltar que foi a primeira vez que a EPL optou por usar recursos próprios para pagamentos de despesas administrativas em seus oito anos de existência. Ainda que a opção por reduzir o uso de recursos governamentais possa ter impactado negativamente o resultado do exercício, tivemos fluxo de caixa positivo em R\$877.256,02 (oitocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e dois centavos). Garantimos, assim, a saúde financeira da Empresa, mesmo em contexto de pandemia no país.

Ademais, cumpre destacar que os recursos, a título de receitas próprias, obtidos pela EPL no exercício 2020, contribuíram para a geração de caixa, representando valor superior ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020
Receita de Prestação de Serviço	1.547.900
Receita de Ressarcimento	4.766.596
Receitas Aplicação Financeira	855.344
Total Receitas Próprias	7.169.840
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.104.590
Posição das Receitas Próprias frente ao Fluxo de Caixa Operacional	649%

A EPL demonstra que os ganhos auferidos com seu trabalho estão contribuindo com os dispêndios de suas atividades. A EPL trabalha como principal fornecedora de serviços para viabilizar o programa nacional de concessões de infraestrutura de transportes, seja por meio de projetos sobre os quais é remunerada por terceiros, seja pelos projetos entregues ao Ministério da Infraestrutura e custeados pelos recursos do Tesouro Nacional.



Arthur Luis Pinho de Lima
Diretor Presidente

MARCELO GUERREIRO
CALDAS:80795706120
Assinado de forma digital por
MARCELO GUERREIRO
CALDAS:80795706120
Dados: 2021.03.11 09:03:03 -03'00'

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão

RAFAEL ANTONIO
CREN
BENINI:22301191842
Assinado de forma digital por
RAFAEL ANTONIO CREN
BENINI:22301191842
Dados: 2021.03.11 15:17:01 -03'00'

Rafael Antonio Cren Benini
Diretor de Planejamento

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)



	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.554.822	26.677.566	Obrigações com pessoal	15	4.718.246	4.301.090
Créditos a receber	5	-	12.706.426	Encargos sociais e consignações a recolher	16	480.726	84.663
Acordo de Parceria	6	3.227.225	-	Fornecedores	17	56.180	96.815
Adiantamento para acordos e termos	7	-	13.290.134	Tributos a recolher	18	3.090	482.155
Tributos a recuperar	8	556.985	623.102	Termo de Execução Descentralizada	6	3.227.225	-
Adiantamento a empregados	9	241.582	259.682	Arrendamento mercantil	19	2.028.278	-
Depósitos recursais/judiciais	10	-	541.289				
Estoques	11	79.614	85.299			10.513.745	4.964.723
Despesas antecipadas	12	584.299	77.206				
Total Circulante		32.244.527	54.260.704	Total Circulante			
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões para contingências	20	3.023.115	1.044.981
Créditos a receber	5	12.706.426	-	Arrendamento mercantil	19	6.743.520	-
Depósitos recursais/judiciais	10	587.958	-			9.766.635	1.044.981
Adiantamento para acordos e termos	7	764.561	-	Total Não Circulante			
Imobilizado	13	10.215.220	2.767.442	Patrimônio Líquido			
Intangível	14	67.194.855	33.217.264	Capital Social	21	113.397.250	98.701.677
Total Não Circulante		91.469.020	35.984.706	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	22	26.527.763	14.695.573
				Prejuízo Acumulado	21	(36.491.846)	(29.161.544)
TOTAL DO ATIVO		123.713.547	90.245.410	Total do Patrimônio Líquido		103.433.167	84.235.706
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		123.713.547	90.245.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)



	Nota	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receita Líquida		1.447.479	2.496.042
Custo do Serviço Prestado		(698.977)	(2.147.388)
Resultado Bruto	23	748.502	348.654
Receitas e Despesas Operacionais:			
Pessoal e Encargos	24	(33.007.741)	(30.612.006)
Serviços de Terceiros	25	(6.197.695)	(10.775.483)
Depreciação e Amortização	26	(4.856.124)	(3.297.789)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	27	(2.546.303)	(1.113.624)
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	28	38.673.874	45.922.435
Total das Receitas e Despesas Operacionais	29	(7.933.989)	123.533
Resultado Financeiro:			
Receita Financeira		1.430.280	1.488.850
Despesa Financeira		(1.435.802)	(74.068)
Total do Resultado Financeiro	30	(5.522)	1.414.782
Resultado Operacional Líquido		(7.191.009)	1.886.969
Outras Receitas e Despesas:			
Outras Receitas		4.444.351	765.383
Outras Despesas		(4.583.644)	(752.460)
Total de Outras Receitas e Despesas:	31	(139.293)	12.923
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		(7.330.302)	1.899.892
Tributos sobre o lucro:			
Imposto de Renda		-	(344.953)
Contribuição Social		-	(132.822)
Total dos Tributos sobre o Lucro		-	(477.775)
Resultado Líquido do Período	32	(7.330.302)	1.422.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em Reais)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Prejuízo Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	86.341.473	12.360.204	(30.583.661)	68.118.016
Integralização do Capital	12.360.204	(12.360.204)	-	-
AFAC	-	14.695.573	-	14.695.573
Resultado do Exercício 2019	-	-	1.422.117	1.422.117
Saldo em 31 de dezembro de 2019	98.701.677	14.695.573	(29.161.544)	84.235.706
Saldo em 31 de dezembro de 2019	98.701.677	14.695.573	(29.161.544)	84.235.706
Integralização do Capital	14.695.573	(14.695.573)	-	-
AFAC	-	26.527.763	-	26.527.763
Resultado do Exercício 2020	-	-	(7.330.302)	(7.330.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	113.397.250	26.527.763	(36.491.846)	103.433.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)



	Nota	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recursos recebidos do Tesouro Nacional		38.673.873	45.922.435
Termo de Execução Descentralizada		3.227.225	-
Receita de Prestação de Serviços	33	1.547.900	2.496.042
Ressarcimento de estudos e projetos	33	4.766.596	-
Receita Aplicação Financeira	33	855.344	1.219.427
Receita Eventual (multas aplicadas)		63.563	-
Recebimento depósito judicial		2.163	-
Devolução de diárias		16.155	-
Pessoal e Encargos Sociais da EPL		(32.550.421)	(32.565.310)
Fornecedores		(11.038.058)	(11.296.088)
Acordo de Cooperação Técnica		(3.780.394)	(759.459)
Depósito Recursal/Judicial		(75.866)	(139.003)
Despesas Tributárias		(535.072)	(485.701)
Despesas Financeiras		-	(784)
Diárias		(65.158)	-
Almoxarifado e outros pequenos valores		(3.260)	(39.447)
Impostos a Recuperar		-	(179.100)
Caução p/ Garantia em Moeda Corrente		-	(938)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	33	1.104.590	4.172.074
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado		(27.200)	(3.522)
Aquisição Intangível		(13.616.913)	(3.279.993)
Acordo de Parceria		(13.110.984)	(12.524.750)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	34	(26.755.097)	(15.808.265)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital		26.527.763	14.695.573
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	34	26.527.763	14.695.573
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		877.256	3.059.382
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		26.677.566	23.618.184
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		27.554.822	26.677.566
		877.256	3.059.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)



	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado do exercício	(7.330.302)	1.422.117
Outros valores abrangentes	(184.411)	-
Resultado abrangente do exercício	(7.145.891)	1.422.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. – EPL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2020

1. Contexto Operacional e Impactos Causados pela Covid-19

1.1 Contexto Operacional

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Decreto nº 9.660 de 01/01/2019, cuja criação foi autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012. A EPL poderá ainda constituir subsidiária integral, bem como participar como sócia ou acionista minoritária em outras sociedades, desde que essa constituição ou participação esteja voltada para o seu objeto social e que cada investimento esteja vinculado ao plano de negócios, nos termos da legislação vigente, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 12.743/2012. Com sede em Brasília/DF, foi constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Seu objeto social consiste em:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário;

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.

O custeio de sua operação é subsidiado pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Esse recurso é destinado, entre outros, ao Planejamento Integrado Da Infraestrutura Nacional De Transportes E Logística, o qual tem como carro chefe o Plano Nacional de Logística (PNL), que indica empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura nacional durante período determinado. Os projetos de elaboração do PNL são sucessivos, com vistas a estabelecer um fluxo regular de informações que subsidiarão a elaboração da Política Nacional de Transportes pelo Governo Federal.

Os investimentos em estudos e projetos de longo prazo, que envolvem custos com contratação de terceiros (fornecedores) e normalmente resultam na obtenção de licenças ambientais, são financiados por meio de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC). As receitas oriundas de tais investimentos são reconhecidas quando do ressarcimento da licença ambiental pelo licitante adjudicatário da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL. Além disso, a EPL possui receitas próprias advindas da prestação de serviços técnicos de engenharia.

1.2 Impactos Causados pela Covid-19

Tendo em vista os impactos sociais e econômicos causados pela Covid-19, a Diretoria Executiva deliberou sobre as providências necessárias para garantir a saúde e segurança de todos os colaboradores e a continuidade das operações da empresa.

No último trimestre de 2020 houve avanços na normalização das atividades da companhia, com reduzida parcela dos colaboradores em trabalho remoto. As medidas de precaução adotadas permitiram manter baixa a taxa de infecção por COVID-19.

Desdobramentos favoráveis nos processos de concessão sob a avaliação do Tribunal de Contas da União, bem como naqueles em fase de audiência pública, permitiram o agendamento dos leilões previstos para os próximos meses e aumentaram a previsibilidade de manutenção de cronogramas para os demais projetos. Tal evolução permite maior precisão na previsão de realização de receitas relacionadas a processos licitatórios. Novos adiamentos de leilões de arrendamento e/ou concessões podem ocorrer devido à pandemia, mas o impacto tende a ser menor em função das medidas já adotadas para a viabilização dos trabalhos necessários e das audiências públicas virtuais.

Na estruturação de novos projetos e no licenciamento ambiental de empreendimentos, a impossibilidade de realização do trabalho de campo necessário ou de os padrões de tráfego deprimidos pela crise afetarem a acurácia dos estudos podem afetar os cronogramas. Estamos atentos a tais riscos, que serão tomados em conta no planejamento de nossas atividades.

Ao final do exercício, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina contratou a EPL para elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento. Finalizamos também as negociações com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul para a elaboração de Diagnóstico Logístico; prevemos para o início de 2021 a assinatura do contrato.

A EPL continua realizando suas atividades com recebimento de subsídios para despesas de custeio e investimentos realizados pela União a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Além disso, conforme previsto, obteve no período receitas próprias advindas da prestação de serviços de elaboração de estudos técnicos.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia.

2.1. Declaração de conformidade

A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao Orçamento Geral da União - OGU, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Em relação à apresentação das Demonstrações Financeiras, consideram-se os aspectos societários da Lei nº 6.404/1976 com as alterações promovida pela Lei nº 11.638/2007. No mais, a EPL é regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, pelo Decreto n.º 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis a empresas estatais.

As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB, as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP, as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo também as normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e com as normas internacionais IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitidas pelo IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Essas informações foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 e devem ser lidas em conjunto, exceto quanto adoção do CPC 06(R2) – Arrendamentos comentado na nota 2.4.

A apresentação das Demonstrações Financeiras que sofreram alterações em comparação a 31 de dezembro de 2019 fora retratada integralmente na Nota Explicativa 2.3.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Reclassificações

Para melhor apresentação das Demonstrações Financeiras foram realizadas as seguintes reclassificações:

Balanco Patrimonial	2019 publicado	Reclassificação	2019 ajustado
Caixa e equivalentes de caixa	26.677.566	-	26.677.566
Créditos a receber	12.721.113	(14.687)	12.706.426
Adiantamento para acordos e termos	13.290.134	-	13.290.134
Tributos a recuperar	623.102	-	623.102
Adiantamento a empregados	244.995	14.687	259.682
Depósitos recursais/judiciais	541.289	-	541.289
Estoques	85.299	-	85.299
Despesas antecipadas	77.206	-	77.206
Créditos a receber	-	-	-
Depósitos recursais/judiciais	-	-	-
Adiantamento para acordos e termos	-	-	-
Imobilizado	2.767.442	-	2.767.442
Intangível	33.217.264	-	33.217.264
Obrigações com pessoal	1.635.991	2.665.099	4.301.090
Provisões s/ Folha de Pagamento	2.181.815	(2.181.815)	-
Encargos sociais e consignações a recolher	-	84.663	84.663
Encargos Sociais a Recolher	428.589	(428.589)	-
Consignações a Recolher	139.358	(139.358)	-
Fornecedores	96.815	-	96.815
Tributos a recolher	482.155	-	482.155
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-
Arrendamento mercantil	-	-	-
Provisões para contingências	1.044.981	-	1.044.981
Arrendamento mercantil	-	-	-
Capital Social	98.701.677	-	98.701.677
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	14.695.573	-	14.695.573
Prejuízo Acumulado	(29.161.544)	-	(29.161.544)

Demonstração do Resultado	2019 publicado	Reclassificação	2019 ajustado
Receita	2.496.042	(2.496.042)	-
Deduções	(280.805)	280.805	-
Receita Líquida	-	2.496.042	2.496.042
Custo do Serviço Prestado	(1.866.583)	(280.805)	(2.147.388)
Pessoal e Encargos	(30.729.485)	117.479	(30.612.006)
Serviços de Terceiros	(10.005.217)	(770.266)	(10.775.483)
Outros Serviços de Terceiros	(1.323.452)	1.323.452	-
Depreciação e Amortização	(3.297.789)	-	(3.297.789)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	(1.113.624)	(1.113.624)
Despesa com Material de Consumo	(110.882)	110.882	-
Despesas Tributárias	(209.277)	209.277	-
Despesa com Provisões de Causas Trabalhistas	(196.084)	196.084	-
Subvenções para Custeio	45.922.435	-	45.922.435
Receita Financeira	1.488.850	-	1.488.850
Despesa Financeira	(784)	(73.284)	(74.068)
Ganhos com incorporação de ativos	765.383	(765.383)	-
Outras Receitas	-	765.383	765.383
Despesa com Acordo de Cooperação Técnica	(752.460)	752.460	-
Outras Despesas	-	(752.460)	(752.460)
Imposto de Renda	(344.953)	-	(344.953)
Contribuição Social	(132.822)	-	(132.822)

Demonstração do Fluxo de Caixa	2019 publicado	Reclassificação	2019 ajustado
Subvenção	45.922.435	-	45.922.435
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-
Receita de Prestação de Serviços	2.496.042	-	2.496.042
Custo dos Serviços Prestados	(2.147.388)	2.147.388	-
Ressarcimento de estudos e projetos	-	-	-
Receita Aplicação Financeira	1.219.427	-	1.219.427
Receita Eventual (multas aplicadas)	-	-	-
Recebimento depósito judicial	-	-	-
Devolução de diárias	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais da EPL	(30.696.985)	(1.868.325)	(32.565.310)
Pagamento de Obrigações	6.769	(6.769)	-
Adiantamento a Empregados	(8.511)	8.511	-
Fornecedores	(11.233.062)	(63.026)	(11.296.088)
Acordo de Cooperação Técnica	(759.459)	-	(759.459)
Depósito Recursal	(139.003)	-	(139.003)
Despesas Tributárias	(204.896)	(280.805)	(485.701)
Despesas financeiras	(784)	-	(784)
Diárias	-	-	-
Almoxarifado e outros pequenos valores	(39.447)	-	(39.447)
Impostos a Recuperar	(179.100)	-	(179.100)
Caução p/ Garantia em Moeda Corrente	(938)	-	(938)
Despesas Antecipadas	(63.025)	63.025	-
Aquisição de imobilizado	(3.522)	-	(3.522)
Aquisição Intangível	(3.279.993)	-	(3.279.993)
Acordo de Parceria	(12.524.750)	-	(12.524.750)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.695.573	-	14.695.573
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	23.618.184	-	23.618.184
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	26.677.566	-	26.677.566

2.4. Novo pronunciamento técnico adotado – CPC 06(R2) – Arrendamentos (IFRS 16)

A segunda revisão do CPC 06 – Arrendamento Mercantil, trouxe novo entendimento acerca da contabilização dos contratos de arrendamento. Em essência, dispõe que se o arrendatário estiver assumindo substancialmente todos os direitos e riscos associados ao bem deve registrar o ativo e o passivo envolvido. O arrendatário pode optar por não efetuar o reconhecimento apenas quando o arrendamento é de curto prazo ou o ativo subjacente é de baixo valor.

Na data de início de um contrato de arrendamento o arrendatário deve reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, mensurando referido passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. As despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso são reconhecidos separadamente.

O passivo de arrendamento deve ser reavaliado na ocorrência de determinados eventos, tais como renovação do contrato, alterações de índices ou taxas utilizadas para o cálculo do valor presente do arrendamento. Via de regra, o valor da revisão do passivo de arrendamento será reconhecido em contrapartida ao ativo de direito de uso.

A EPL reconheceu a aplicação do CPC 06 (R2) sobre o contrato de aluguel referente ao seu imóvel Sede, cuja prorrogação do prazo do contratual e supressão do valor mensal devido foi firmado por meio de termo aditivo em 30 de agosto de 2019, com vigência de 01 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2024. A adoção foi realizada com a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial (data da renovação do contrato), considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento, não havendo reapresentação de informação comparativa.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de 12,9% ao ano, obtida no principal banco no qual a Empresa possui relacionamento. A adoção inicial, demonstrada no quadro a seguir, não impactou o patrimônio líquido:

	31/12/2020
Ativo	
Imobilizado Direito de Uso	11.141.936
Passivo	
Arrendamento mercantil - circulante	4.398.417
Arrendamento mercantil - não circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

A empresa optou por não reconhecer o direito de uso e o passivo de arrendamento relacionados a bens de baixo valor. Neste caso, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

3. Principais Práticas Contábeis

- a) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;
- b) O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, bancos contas movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata;
- c) As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento;
- d) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos rendimentos, variações monetárias, encargos incorridos e provisões para perdas, adotando-se para apropriação índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização;
- e) Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a doze meses estão classificados como itens não circulantes;

- f) As provisões para contingências são constituídas tendo como base a opinião da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR), quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- g) Os estudos e projetos em andamento são registrados tendo em vista o disposto no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Recurso Aplicado	10.352.226	13.602.226
Rendimento	10.170.588	9.492.380
Aplicação Financeira	20.522.814	23.094.606
310 - Pagamento de Pessoal	1.605.354	1.776.662
400 - Custeio/Investimento - c/ Exigência de Empenho	5.396.729	715.493
510 - Custeio Pagamento de Pessoal/Auxílio	29.925	425.939
307 - Outros Pagamentos de Pessoal - SIAPE	-	271.009
309 - Pessoal Requisitado	-	169.189
409 - Emendas Resultado	-	-
130 - Pessoal - Sentenças Judiciais	-	12.175
412 - Pagamento de Cartão de Crédito	-	5.000
910 - Passivo Financeiro	-	207.493
Tesouro Limite de Saque	7.032.008	3.582.960
Total Caixa e equivalentes de caixa	27.554.822	26.677.566

Os valores de aplicação financeira são oriundos dos recursos obtidos por meio da prestação de serviços técnicos de engenharia e das transferências de licenças ambientais aos licitantes adjudicatários de leilões promovidos pelos seus clientes.

Estes recursos são aplicados em fundos de investimento extramercado da Caixa Econômica Federal em conformidade com a Resolução do Bacen nº 3.284/2005. Sua utilização depende de aprovação por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA. Acerca do tema, cumpre destacar que, no ano de 2020, a EPL obteve aprovação da LOA para utilização de R\$ 10,2 milhões dos recursos aplicados em despesas para suas operações. Os recursos resgatados no período para referida finalidade, bem como a movimentação financeira da aplicação estão demonstrados a seguir:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2019	Aplicação	Rendimento	IRRF sobre Rendimento	Resgate	Saldo em 31/12/2020
Caixa Econômica Federal	23.094.606	-	856.585	(178.377)	(3.250.000)	20.522.814
Total	23.094.606	-	856.585	(178.377)	(3.250.000)	20.522.814

Já o valor registrado a título de limite de saque, trata-se i) R\$ 2.265.411,70 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e onze reais e setenta centavos) do estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamentos divididas nas categorias apresentadas e ii) R\$ 4.766.596,30 (quatro milhões, setecentos e sessenta e seis mil quinhentos e noventa e seis reais e trinta centavos) do ressarcimento e remuneração da EPL pela obtenção da Licença Prévia nº 583/2018 no âmbito do Contrato de Concessão da Rodovia BR-364/365/MG/GO.

5. Créditos a Receber

	31/12/2020	31/12/2019
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A	-	4.679.708
Concessionária BR 040 S/A	-	8.026.718
Total Ativo Circulante	-	12.706.426
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A	4.679.708	-
Concessionária BR 040 S/A	8.026.718	-
Total Não Circulante	12.706.426	-

O saldo a receber das empresas Concebra e Concessionária 040 refere-se a transferências das licenças ambientais às concessionárias vencedoras do Leilão de Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG e da Rodovia BR-153/262/MG/GO por meio do Contrato de Concessão do Edital nº 004/2013 parte VII e nº 006/2013 parte VII, firmado entre as referidas Concessionárias e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, poder concedente.

Todas as tratativas de cobrança administrativa já foram esgotadas, sendo incluso os respectivos devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, bem como instaurado o procedimento de cobrança judicial.

Com base no posicionamento da PROJUR o risco de perda dos valores é classificado como possível; portanto, não houve a necessidade de constituição de provisão para perda. Não obstante, os respectivos montantes foram reclassificados para o ativo não circulante tendo em vista a opinião da PROJUR no sentido de que, pelas inúmeras variáveis que incidem sobre os processos judiciais, especialmente a pandemia causada pela Covid-19, não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas.

6. Acordo de Parceria

	31/12/2020	31/12/2019
Termo de Execução Descentralizada a comprovar - Ativo	3.227.225	-
Termo de Execução Descentralizada a comprovar - Passivo	3.227.225	-

A EPL recebeu o montante de R\$ 3.227.224,77 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) referente ao Termo de Execução Descentralizada 01/2020, com vigência de 03/11/2020 a 03/11/2021, cedido pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA). O Objeto é a contratação de consultoria técnica para apoio ao encerramento da Concessão relativa à ligação rodoviária internacional entre os municípios de Santo Tomé (Argentina) e São Borja (Brasil), incluindo o Centro Unificado de Fronteira (CUF), complexo alfandegário e aduaneiro, bem como realização de avaliação econômico-financeira decorrente do encerramento do Contrato Internacional de Concessão. Referido montante foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os trabalhos sob acompanhamento da EPL. Dessa forma, houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD bem como de um passivo pelo TED a comprovar recebido pela EPL.

7. Adiantamento para Acordos e Termos

	31/12/2020	31/12/2019
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	-	764.561
Acordo de Parceria nº 01/2019 - IFC	-	12.525.573
Total Circulante	-	13.290.134
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	764.561	-
Total Não Circulante	764.561	-

O valor de R\$ 12,5 milhões, em 31/12/2019, consiste no que fora ajustado por intermédio do Acordo de Parceria nº 01/2019 celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC. A IFC, membro do Grupo do Banco Mundial (*World Bank Group*), é uma instituição financeira internacional, com a qual o Brasil mantém parcerias. Possui experiência comprovada nas áreas de concessão, privatização e reestruturação de sociedades e serviços públicos em vários setores, incluindo o setor de rodovias federais, visando a melhoria da infraestrutura e do acesso aos serviços básicos à população.

O presente Acordo, cujo montante acordado é de R\$ 62,6 milhões, tem por objeto a celebração de parceria para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização, os quais consistem em um programa de concessões comuns no setor rodoviário, de titularidade da União Federal e do Estado do Paraná, que serão delegadas à União, totalizando aproximadamente 4 (quatro) mil quilômetros de rodovias, localizadas no âmbito do chamado "Anel de Integração", bem como outras rodovias adjacentes, e que serão delegadas à iniciativa privada pela União ("Poder Concedente"), por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O valor foi reclassificado para estudos e projetos no ativo intangível tendo em vista que o referido acordo apresenta como objeto a estruturação de projetos com vistas a ressarcimentos dos valores dispendidos pelos licitantes adjudicatários. Tal previsão consta na cláusula primeira, subitem 1.2, do mencionado Acordo: "os recursos necessários para implementação do Projeto serão suportados pelas Partes [...], sendo ressarcidos pelos licitantes adjudicatários". Dessa forma, o acordo possui em sua essência o mesmo objetivo dos demais estudos e projetos registrados no intangível da EPL em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

Em relação ao valor repassado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do Termo de Execução Descentralizado nº 01/2016, este será baixado quando da apresentação da prestação de contas à EPL.

8. Tributos a Recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF Retido na Fonte Sobre Aplicação Financeira	179.143	765
IRPJ e CSLL retidos sobre Faturamento	33.765	-
INSS	344.077	174.201
IRPJ ESTIMATIVA	-	325.234
CSLL ESTIMATIVA	-	122.902
Total	556.985	623.102

O saldo atual refere-se basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicação financeira e à contribuição previdenciária paga a maior na competência de 12/2012, a qual teve seu pedido de restituição deferido pela Receita Federal do Brasil em 04/02/2020, mediante Despacho Decisório nº 0225/2020 da Divisão de Orientação e Análise Tributária. Estima-se que o valor será recebido, devidamente atualizado, no início do exercício subsequente.

9. Adiantamento a Empregados

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento 13º Salário	79.177	86.292
Adiantamento de Férias	147.740	158.702
Outros Valores	14.665	14.688
Total	241.582	259.682

Os adiantamentos de férias e 13º salário são concedidos em consonância com a legislação trabalhista. A EPL realizou o pagamento da primeira parcela do 13º salário em junho/2020 e da segunda parcela em novembro/2020, conforme prazo estipulado pelo governo federal. O saldo remanescente refere-se a adiantamento de 13º salário por opção do colaborador quando do seu período de férias.

10. Depósitos Recursais

	31/12/2020	31/12/2019
Depósito Recursal	-	302.479
Depósito Judicial	-	238.810
Total Circulante	-	541.289
Depósito Recursal	297.548	-
Depósito Judicial	290.410	-
Total Não Circulante	587.958	-

Os depósitos recursais são efetuados para interposição de recursos em ações trabalhistas pela EPL, como forma de garantia parcial da condenação imposta. O depósito judicial refere-se a uma decisão liminar proferida em uma ação civil pública trabalhista, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que requereu que a EPL, como devedora subsidiária, procedesse ao pagamento da garantia dos valores discutidos na ação. A responsabilidade da EPL decorre em razão de a empresa ter sido a tomadora dos serviços terceirizados prestados pela empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda.

Considerando a opinião da PROJUR no sentido de não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas devido especialmente à pandemia causada pela Covid-19, os valores foram reclassificados para o ativo não circulante.

11. Estoque

	31/12/2020	31/12/2019
Almoxarifado	79.614	85.299
Total	79.614	85.299

Estoques referem-se aos materiais de consumo adquiridos para utilização na manutenção e operação da EPL no âmbito da infraestrutura física e administrativa composto, basicamente, por materiais de escritório e demonstrado pelo custo médio de aquisição.

12. Despesas Antecipadas

	31/12/2020	31/12/2019
Condomínio	65.060	-
Seguros de Responsabilidade Civil	71.590	68.997
Assinaturas anuais	442.553	6.211
Outras Despesas Antecipadas	5.096	1.998
Total	584.299	77.206

Referem-se a despesas pagas antecipadamente que serão apropriadas na medida da ocorrência do gasto. Destacam-se no período as assinaturas de softwares como serviço pela vigência de 12 meses.

13. Imobilizado

BENS MÓVEIS	Adquiridos até 31/12/2019	Entrada no Período	Depreciação acumulada	Taxa de Depreciação %	Saldo em 31/12/2020
Computadores e Periféricos	7.374.812	16.038	(7.375.881)	20%	14.969
Equipamentos Energia Elétrica	2.494.646	27.200	(1.875.139)	10%	646.707
Mobiliário em Geral	2.396.255		(1.774.050)	10%	622.205
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	1.208.818		(623.435)	10%	585.383
Equipamentos de Telecomunicação	250.950		(250.950)	20%	-
Máquinas e Equipamentos	197.455		(68.127)	10%	129.328
Outros Bens de Uso Duradouro	76.968		(54.006)	10%	22.962
Biblioteca	25.959		(12.491)	10%	13.468
Aparelhos	14.216		(8.713)	10%	5.503
Aparelho de Medição e Orientação	3.200		(3.200)	10%	-
Utensílio de Copa e Cozinha	5.441	710	(2.209)	10%	3.942
Total Bens Móveis	14.048.720	43.948	(12.048.201)		2.044.467
Direito de Uso (a)	-	11.141.936	(2.971.183)	(a)	8.170.753
Total Bens Imóveis	-	11.141.936	(2.971.183)		8.170.753
Total Imobilizado	14.048.720	11.185.884	(15.019.384)		10.215.220

(a) Direito de uso reconhecido conforme norma CPC 06 (R2). O passivo correspondente está descrito na nota 19. Prazo de depreciação conforme vigência do contrato.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. Considerando o objeto social da EPL – estudos e pesquisas – seu patrimônio próprio tangível refere-se, basicamente, a bens móveis, tais como mobiliário em geral, computadores e periféricos, equipamentos de energia elétrica e de vídeo. Sendo assim, optou-se, desde a abertura da empresa no ano de 2012, a depreciar tais bens pelo método linear, aplicando-se as taxas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A fim de verificar a necessidade de mudança de estimativa contábil, conforme determinado pelo § 3º, II, art. 183 da Lei 6.404/1976 e pelos Pronunciamentos Técnicos Contábeis CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), em 2017 a EPL contratou a empresa MAKE – Consultoria Ltda., a qual baseou seu Laudo de Avaliação Patrimonial nos preços de mercado básico de 30 de junho de 2017.

Em 18 de agosto de 2017, a empresa em tela emitiu o respectivo Laudo no qual constatava que o ativo imobilizado da EPL importava em R\$ 11.458.076,37 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setenta e seis reais e trinta e sete centavos), enquanto que o valor contábil registrado consistia em R\$ 4.880.140,42 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, cento e quarenta reais e quarenta e dois centavos).

Considerando que o valor da avaliação, conforme Laudo apresentado, foi superior ao valor residual dos bens contabilizados pela EPL, não houve perda de valor patrimonial. Portanto, não houve a necessidade de ajustes contábeis em seu Balanço Patrimonial, conforme dispõe o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Diante do exposto, a administração da entidade, após avaliar o custo benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais móveis, manteve a opção de anualmente analisar a necessidade da contratação, tendo como parâmetro precípua de avaliação a representatividade do valor dos bens móveis perante o ativo total da empresa, o qual, em 31 de dezembro de 2020, representa apenas 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento).

14. Intangível

Contrato	Rodovia	Saldo em 31/12/2019	Investimentos no Período	Reclassificação	Baixa / Amortização	Saldo em 31/12/2020
12/2013 - STE	BR-116	5.813.858	689.006	-	-	6.502.864
32/2013 - PROSUL	BR-101/324/367	2.606.158	-	-	-	2.606.158
09/2014 - PROFILL	BR-153	3.672.758	-	(3.672.758)	-	-
15/2014 - PROSUL	BR-262	2.392.464	564.599	(2.957.063)	-	-
16/2015 - MRS	BR-156/476/282/480	2.808.480	65.026	-	-	2.873.506
17/2015 - MRS	BR-364	2.573.769	81.438	-	-	2.655.207
03/2016 - STE	BR-364/365	3.150.692	195.040	(3.345.732)	-	-
13/2017 - IFC	-	888.973	3.551.695	-	-	4.440.668
31/2017 - MRS	BR-386	2.293.560	328.071	(2.621.631)	-	-
03/2018 - Ecossistema	BR 040	521.230	249.326	-	-	770.556
11/2018 - Egis/ Engemin	BR/364/MT/RO	2.515.402	1.284.230	-	-	3.799.632
05/2019 - MRS	EF-170	306.096	5.111.797	-	-	5.417.893
01/2019 - Acordo IFC	Anel de Integração	-	13.110.984	12.525.573	-	25.636.557
Estudos e Projetos em Andamento		29.543.440	25.231.212	(71.611)	-	54.703.041
Licença Prévia nº 553/2017	BR-153/GO/TO	-	444.393	3.672.758	-	4.117.150
Licença Prévia nº 583/2018	BR-364/365/GO/MG	-	-	3.345.732	(3.345.732)	-
Licença Prévia nº 624/2020	BR-386/RS	-	790.939	2.621.631	-	3.412.570
Licença Prévia nº 639/2020	BR-262/MG	-	-	2.957.063	-	2.957.063
Licença Ambiental		-	1.235.332	12.597.184	(3.345.732)	10.486.783
Licenças e Softwares T.I.		12.007.709	200.135	-	-	12.207.844
(-) Amortização - taxa 20%		(8.333.885)	-	-	(1.868.928)	(10.202.813)
Cessão de Uso de Programas de Informática		3.673.824	200.135	-	(1.868.928)	2.005.031
Total		33.217.264	26.666.679	12.525.573	(5.214.660)	67.194.855

Os valores registrados no intangível referem-se aos bens e direitos incorpóreos destinados às atividades da entidade e à elaboração de estudos e projetos vinculados ao objeto social da EPL.

O intangível relativo aos estudos e projetos, bem como às licenças ambientais disponíveis para cessão, são registrados em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, o qual preceitua que a amortização deve iniciar a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso e cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda.

Os estudos e projetos que resultem em licenças prévias são reclassificados para o grupo Licença Ambiental. A baixa realizada no período refere-se ao custo do ressarcimento e remuneração da EPL pela obtenção da Licença Prévia nº 583/2018 no âmbito do Contrato de Concessão da Rodovia BR-364/365/MG/GO. O montante total obtido pelo ressarcimento foi de R\$ 4.766.596,30 (quatro milhões, setecentos e sessenta e seis mil quinhentos e noventa e seis reais e trinta centavos).

Destaca-se no período a reclassificação do Acordo de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – (IFC), até o terceiro trimestre de 2020 registrado em adiantamentos para acordos e termos de longo prazo. O Acordo possui objetivo de planejar e estruturar projetos de desestatização de aproximadamente 4 (quatro) mil quilômetros de rodovias, localizadas no âmbito do chamado "Anel de Integração"; possui, em sua essência, o mesmo objetivo dos demais estudos e projetos registrados no intangível da EPL, levando em consideração que também visa ao ressarcimento dos valores dispendidos pelos licitantes adjudicatários, conforme mencionado na nota explicativa nº 7 – Adiantamento para Acordos e Termos.

Em relação à taxa de amortização utilizada para os softwares foi utilizado o mesmo critério do ativo imobilizado: taxas estabelecidas pela RFB e avaliação do custo benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais. Destaca-se que o valor de mercado dos softwares da EPL, apresentados no Laudo de Avaliação mencionado na nota explicativa acerca do ativo imobilizado, importava em R\$ 3.345.349,50 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), ao passo que o valor líquido contábil registrado importava em R\$ 3.141.074,80 (três milhões, cento e quarenta e um mil, setenta e quatro reais e oitenta centavos). Em 31 de dezembro de 2020, os softwares representam apenas 1,62% (um vírgula sessenta e dois por cento) do total do ativo da EPL.

15. Obrigações Trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Ordenados e Salários a Pagar	1.573.818	1.635.991
INSS/CPSS Patronal	426.116	428.589
Pensão Alimentícia/Empréstimo Consignado	58.497	54.695
Provisões de Férias e 13º Salário	2.659.815	2.181.815
Total	4.718.246	4.301.090

O regime jurídico do pessoal da EPL é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exceto para os casos de servidores e empregados públicos cedidos ou requisitados de órgãos ou outras empresas públicas, para os quais é mantido o regime da entidade de origem.

As provisões das obrigações sociais e trabalhistas sobre a folha de pagamento são constituídas em função dos períodos aquisitivos dos empregados, acrescidas dos encargos sociais incidentes até o encerramento do período.

16. Tributos Retidos Na Fonte

	31/12/2020	31/12/2019
Tributos Retidos sobre Folha de Pagamento	456.218	74.284
Tributos Retidos sobre Nota Fiscal	24.508	10.379
Total	480.726	84.663

Referem-se aos valores de tributos retidos na fonte sobre a folha de pagamento, bem como sobre as aquisições de serviços de terceiros.

17. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Estudos e Projetos	-	61.219
Outros serviços	56.180	35.596
Total	56.180	96.815

Consistem nos compromissos assumidos com fornecedores pela EPL, até a data das demonstrações. Os saldos são liquidados no mês subsequente ao da entrada da nota fiscal.

Principais fornecedores com saldo a pagar:

	31/12/2020	31/12/2019
MRS Estudos Ambientais Ltda	-	61.219
Outros fornecedores	56.180	35.596
Total	56.180	96.815

Os dispêndios com estudos e projetos ocorrem na medida em que os fornecedores entregam os estudos dispostos no cronograma do plano de trabalho. A relação dos contratos destes fornecedores pode ser verificada na nota explicativa 14 - Intangível.

18. Tributos a Recolher

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	-	344.952
CSLL	-	132.823
PIS	433	612
COFINS	2.657	3.768
Total	3.090	482.155

O Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foram apurados sobre o lucro do exercício 2019. A Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foram apurados sobre as receitas de aplicação financeira.

19. Arrendamento Mercantil

Na tabela abaixo apresenta-se os pagamentos mínimos de arrendamento considerando-se a data da adoção inicial em 01 de janeiro de 2019, porém o efeito em resultado foi apresentado no exercício de 2020:

	31/12/2020
Fluxo de pagamentos	
2019	1.053.973
2020	3.161.920
2021	3.161.920
2022	3.161.920
2023	3.161.920
2024	2.107.947
(-) Encargos financeiros futuros	(4.667.664)
Valor presente dos pagamentos mínimos	11.141.936
Passivo Circulante	4.398.417
Passivo Não Circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

O passivo correspondente ao reconhecimento do CPC 06 (R2) – Arrendamento está relacionado ao contrato de locação do imóvel Sede da EPL.

Abaixo demonstramos a movimentação do arrendamento:

	31/12/2020
Saldo inicial em 31/12/2019	-
Adoção inicial	11.141.936
Pagamentos referentes a 2019	(573.989)
Pagamentos referentes a 2020	(1.796.149)
Saldo final em 31/12/2020	8.771.798
Circulante	2.028.278
Não Circulante	6.743.520
Total Passivo	8.771.798

Demonstra-se no quadro a seguir as prestações não descontadas:

	31/12/2020
Vencimento das prestações	
2021	3.161.920
2022	3.161.920
2023	3.161.920
2024	2.107.947
Valores não descontados	11.593.707
Juros embutidos	2.821.909
Total Passivo arrendamento 31/12/2020	8.771.798

Os arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor a despesa é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato:

	31/12/2020
Aluguel Torre de Resfriamento	53.674
Aluguel de Máquina de Xérox	30.088
Aluguel de Veículos	2.692

20. Provisões para Contingências

	31/12/2019		Ingresso		Baixa		31/12/2020	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Provisões Trabalhistas	10	1.044.981	1	1.074.759	1	(314.388)	10	1.805.352
Provisões Cíveis	-	-	1	1.218.721	1	(958)	1	1.217.763
Total		1.044.981	2	2.293.480		(315.346)	11	3.023.115

As provisões são registradas com base no posicionamento da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR), em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, onde uma provisão é reconhecida quando é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Além das ações com valores provisionados, há também outras demandas na justiça trabalhista e cível, entendidas pela PROJUR como perda possível. Estas demandas estão avaliadas conforme demonstrado a seguir:

Causas Possíveis	31/12/2020		31/12/2019	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Trabalhistas	8	1.382.685	6	1.111.304
Cíveis	3	48.362.149	5	49.629.913
Total		49.744.834		50.741.217

21. Capital Social e Prejuízo Acumulado

	31/12/2020	31/12/2019
Capital Integralizado	113.397.250	98.701.677
Prejuízo Acumulado	(36.491.846)	(29.161.544)
Total	76.905.404	69.540.133

A EPL é organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e tem seu capital representado por ações ordinárias nominativas, sendo 100% de titularidade da União. Seu patrimônio é constituído pela integralização inicial do capital, pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União aplicados no custeio de suas atividades, bem como pelos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) investidos em estudos e projetos de longo prazo.

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se precipuamente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões.

22. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionista	Saldo em 31/12/2019	Ingresso	Integralização	Saldo em 31/12/2020
União	14.695.573	26.527.763	(14.695.573)	26.527.763
Total	14.695.573	26.527.763	(14.695.573)	26.527.763

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional para aplicação em investimento (estudos e projetos de longo prazo registrados no ativo intangível) são repassados a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

23. Resultado Bruto

	31/12/2020	31/12/2019
Estudos de viabilidade técnica	1.630.962	2.496.042
(-) Tributos sobre faturamento	(183.483)	-
Receita Líquida	1.447.479	2.496.042
(-) Custo do serviço prestado	(698.977)	(2.147.388)
Resultado Operacional Bruto	748.502	348.654

As receitas da prestação de serviços referem-se às auferidas com as atividades desenvolvidas pelo corpo técnico da EPL, relativas a Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA).

24. Pessoal e Encargos

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração pessoal	22.939.030	21.715.810
Encargos sobre Remunerações	6.552.518	5.953.926
Remuneração dirigentes	1.213.960	979.035
Alimentação	1.006.926	973.084
Auxílio Creche e Assistência Médica	394.691	437.372
Remuneração conselheiros	406.626	406.037
Capacitação	493.990	146.742
Total	33.007.741	30.612.006

Esta rubrica contempla os gastos com a folha de pagamento dos empregados, inclusive remuneração dos diretores, e outros tais como: alimentação, saúde, transporte e participações em cursos e treinamentos.

25. Serviços de Terceiros

	31/12/2020	31/12/2019
Condomínio e aluguel torre de resfriamento	863.572	874.337
Aluguel imóvel sede da EPL	-	4.398.424
Serviços Técnicos	3.102.599	2.568.601
Estudos e Projetos	85.573	-
Serviços Administrativos	2.145.951	2.934.121
Total	6.197.695	10.775.483

Consistem nos desembolsos da EPL decorrentes das atividades operacionais.

A rubrica "Serviços Técnicos" contempla, basicamente, desembolsos com contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, como a solução de ampliação da maturidade de ambiente computacional, envolvendo a implantação e operação de Central de Suporte Técnico com registro e acompanhamento de serviços especializados e demais serviços correlatos.

A rubrica "serviços administrativos" abrange, substancialmente, desembolsos com serviços continuados de limpeza, recepção, copeiragem, garçom e energia elétrica.

Ocorreu uma redução de 27% (vinte e sete por cento) nas despesas com serviços administrativos a qual deve-se, basicamente, ao encerramento do contrato de locação de veículos, que fora substituído pela contratação de serviço por meio de aplicativo; bem como o encerramento do contrato de vigilância, substituído pelo contrato de controle de acesso e circuito fechado de televisão.

Tendo em vista a adoção do CPC 06(R2) – Arrendamentos, em 2020 deixa de existir no resultado despesa a título de aluguel, passando a existir a depreciação do direito de uso e a despesa financeira incidente sobre o arrendamento. Dessa forma, para fins comparativos, apresentamos no quadro abaixo os dispêndios com aluguel do imóvel Sede da EPL:

	31/12/2020	31/12/2019
Comparativo Aluguel imóvel sede da EPL	3.161.920	4.398.424

Cumpra-se destacar que a redução de 28% (vinte e oito por cento) nas despesas com aluguel, deve-se à renegociação do valor contratual tendo em vista as condições do mercado imobiliário.

26. Depreciação e Amortização

	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação de Bens Móveis	758.809	1.366.063
Depreciação de Direito de Uso de Bem Imóvel	2.228.387	-
Amortização de Software	1.868.928	1.931.726
Total	4.856.124	3.297.789

27. Outras Receitas/Despesas Operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Diárias e Passagens	192.355	687.615
Despesa com Material de Consumo	61.835	89.669
Despesas Tributárias	145.171	140.256
Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis	1.978.135	196.084
Efeito da apropriação do arrendamento mercantil de 2019	168.807	-
Total	2.546.303	1.113.624

Dentre as despesas tributárias da EPL inclui-se, basicamente, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e as taxas pagas aos órgãos ambientais para obtenção de licenças.

Em relação às provisões para contingências destaca-se no período a constituição de provisões conforme demonstrado na nota explicativa nº 20 - Provisões para Contingências.

28. Recursos recebidos do Tesouro Nacional

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse recebidos	38.673.874	45.922.435
Total	38.673.874	45.922.435

Representa os valores de subsídios públicos liberados pelo Tesouro Nacional, por meio do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com o objetivo de prover recursos para o custeio das atividades administrativas da EPL.

29. Total das Receitas e Despesas Operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas e Despesas Operacionais	(7.933.989)	123.533
Total	(7.933.989)	123.533

A EPL apresenta resultado líquido negativo de receitas e despesas operacionais tendo em vista as apropriações contábeis que não resultam em dispêndios financeiros no período, tais como: depreciação e amortização; provisões para contingências; provisões das obrigações sociais e trabalhistas à título de férias e 13º salário constituídas em função dos períodos aquisitivos dos empregados, acrescidas dos encargos sociais incidentes até o encerramento do período, bem como despesas com fornecedores registradas no contas a pagar. Nos dois últimos casos o subsídio será recebido quando necessário o efetivo pagamento.

Além disso, a EPL iniciou a utilização de recursos próprios para pagamentos de suas despesas, razão pela qual diminuiu sua necessidade de subsídios públicos liberados pelo Tesouro Nacional, por meio do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Tendo em vista que tais subsídios são contabilizados a título de receitas no resultado, a redução de sua necessidade contribui para o aumento do prejuízo no período. Em 2020, o montante total dos recursos próprios efetivamente utilizados para pagamento de despesas foi de R\$4.524.445,31 (quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos).

30. Resultado Financeiro Líquido

	31/12/2020	31/12/2019
Rendimento de Aplicação Financeira	856.585	1.333.187
Outras Receitas Financeiras	573.695	155.663
(-) Despesas Financeiras	(70.031)	(74.068)
(-) Despesa Financeira Arrendamento	(1.365.771)	-
Total	(5.522)	1.414.782

Refere-se, basicamente, aos rendimentos da aplicação financeira de recursos próprios, à contabilização da atualização financeira do INSS a recuperar deferido pela Receita Federal em 02/2020 pelo regime de competência, bem como à atualização financeira dos custos incorridos com a obtenção da Licença Prévia nº 583/2018. A despesa financeira decorre basicamente da apuração de PIS e COFINS sobre os ganhos financeiros, apresentando-se em separado a despesa financeira oriunda de reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento da locação do imóvel Sede da EPL.

31. Outras Receitas e Despesas

	31/12/2020	31/12/2019
Ressarcimento de Licença Ambiental	4.427.603	-
Custo da Licença Ambiental	(4.030.475)	-
Ganho com Incorporação de Ativos	-	765.383
Acordo de Cooperação Técnica	(553.169)	(752.460)
Outros valores	16.748	-
Total Outras Receitas e Despesas	(139.293)	12.923

No período houve ressarcimento e remuneração da EPL pela obtenção da Licença Prévia nº 583/2018 no âmbito do Contrato de Concessão da Rodovia BR-364/365/MG/GO, celebrado em 19 de dezembro de 2019, entre a União e a Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., relativo ao trecho entre o entroncamento com a BR-060(A) (Jataí/GO) e o entroncamento com a MG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG).

O valor originário de R\$ 765 mil do ano 2019 decorre da alteração de procedimento contábil, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no Balanço Geral da União (BGU), quando foi registrado um ganho econômico com a Incorporação de Ativo, referente aos repasses, por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED), firmado com o IPEA.

Na rubrica Acordo de Cooperação Técnica registrou-se em 2019 valor relacionado ao Termo de Compromisso nº 01/2015, firmado com a empresa Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A, o qual foi encerrado no mesmo ano. Em 2020 o valor está relacionado ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional nº 13/2013 firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

32. Resultado Líquido do Período

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do período	(7.330.302)	1.422.117
Total	(7.330.302)	1.422.117

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se precipuamente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização provisões e, a partir de 2020, os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil sobre o contrato de locação do imóvel Sede da empresa.

Ademais, a partir do 2º trimestre de 2020 ocorreu redução de receitas de repasse advindas do Tesouro devido a EPL estar utilizando recursos oriundos de receitas próprias para pagamento de despesas. Tal operação impacta negativamente no resultado da Empresa, porquanto se tais despesas tivessem sido custeadas com recursos do Orçamento Geral da União, haveria o registro de receita de repasse no resultado no mesmo valor. Ainda assim, tal fato demonstra que a EPL está trabalhando em sua meta de ampliar a prestação de serviços à sociedade, auferindo receitas para sustentar seu desenvolvimento.

Apresenta-se a seguir o comparativo entre o Resultado Patrimonial do Período e impacto das despesas econômicas, bem como da aplicação de recursos próprios em despesas para suas operações:

	31/12/2020	31/12/2019
Pagamentos de despesas com recursos próprios	4.524.445	-
Efeito adoção CPC 06(R2) - Arrendamentos	601.044	-
Depreciação bens móveis e Amortização	2.627.737	3.297.790
Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis	1.978.135	196.084
Total	9.731.361	3.493.874
Resultado do Período	(7.330.302)	1.422.117

33. Atividades Operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de Prestação de Serviço	1.547.900	2.496.042
Receita de Ressarcimento	4.766.596	-
Receitas Aplicação Financeira	855.344	1.219.427
Total Receitas Próprias	7.169.840	3.715.469
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	1.104.590	4.172.074
Posição das Receitas Próprias frente ao Fluxo de Caixa Operacional	649%	89%

Os recursos a título de receitas próprias, obtidos pela EPL no exercício 2020, contribuíram para a geração de caixa, representando valor superior ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais.

34. Atividades de Investimento e Financiamento

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades de Investimento	(26.755.097)	(15.808.265)
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.527.763	14.695.573
Saldo líquido	(227.334)	(1.112.692)

Os recursos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) são integralmente aplicados em estudos e projetos que gerarão prováveis benefícios econômicos futuros, por meio do ressarcimento quando da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL. Saldo líquido de 2020 refere-se a aquisições de softwares e bens móveis.

35. Informações adicionais ao fluxo de caixa

	31/12/2020
Atividades de investimento	
Direito de uso	11.141.936
Atividades de financiamento	
Arrendamento mercantil	11.141.936

Em atendimento ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro acima apresenta as transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa. Tratam-se do reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil referente a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS16, sem efeitos sobre o fluxo de caixa.

36. Quadro Demonstrativo da Composição Salarial da EPL

	Gratificação			Benefícios		
	Menor	Maior	Média	Saúde		Refeição
				Menor	Maior	Média
Conselheiros	3.171	3.171	3.171	-	-	-
Diretores	29.274	29.274	29.274	-	-	429
Demais	5.886	23.545	13.213	120	241	667

Para atendimento do item 17 do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, divulga-se o quadro de remuneração de pessoal da EPL. Informa-se, ainda, que em caso de exoneração de diretor e ocupantes de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores há previsão de remuneração compensatória (quarentena), pelo período de seis meses, que deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

37. Benefícios Concedidos

	31/12/2020
Auxílio Creche	87.252
Auxílio Alimentação	1.007.309
Assistência Médica	307.439
Total	1.402.000

Divulga-se o valor dos benefícios que os colaboradores da EPL receberam no exercício 2020.

38. Quadro comparativo

Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06 de novembro de 2006, apresentamos a conciliação dos saldos das contas do Balanço Patrimonial elaborado sob os aspectos societários da Lei nº 6.404/1976 e os registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em 31/12/2020.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Comparativo



	6.404/76	SIAFI	Diferença	Obs.:
ATIVO				
Caixa e equivalentes de Caixa	27.554.822	27.554.822	-	
Acordo de Parceria	3.227.225	-	3.227.225	a
Tributos a recuperar	556.985	556.985	-	
Adiantamento a empregados	241.583	248.798	(7.215)	
Estoque	79.614	79.614	-	
Despesas antecipadas	584.298	584.298	-	
Adiantamento para acordos e termos	764.561	764.561	-	
Créditos a receber de longo prazo	12.706.426	12.706.426	-	
Depósitos recursais/judiciais	587.958	587.958	-	
Imobilizado	10.215.220	2.044.467	8.170.753	b
Intangível	67.194.855	67.194.855	-	
Total do Ativo	123.713.547	112.322.784	11.390.763	
PASSIVO				
Obrigações com pessoal, encargos e consignações	5.198.972	5.232.052	(33.080)	
Fornecedores	56.180	40.223	15.957	
Tributos a recolher	3.090	3.090	-	
Termo de Execução Descentralizada	3.227.225	3.227.225	-	
Arrendamento mercantil Curto Prazo	2.028.278	-	2.028.278	b
Arrendamento mercantil Longo Prazo	6.743.520	-	6.743.520	b
Provisões para contingências	3.023.115	2.731.471	291.644	c
Capital Social	113.397.250	113.397.250	-	
Crédito para Aumento de Capital	26.527.763	26.527.763	-	
Resultado de Exercícios anteriores	(29.161.544)	(29.736.673)	575.129	d
Resultado do Exercício	(7.330.302)	(9.099.617)	1.769.315	e
Total do Passivo	123.713.547	112.322.784	11.390.763	

As diferenças acima apresentadas devem-se ao prazo exíguo de fechamento contábil no âmbito do SIAFI, o que impossibilitou a realização de lançamentos contábeis apurados após as devidas conciliações e revisão dos auditores independentes.

Destacam-se no período as seguintes diferenças:

- A EPL recebeu o montante de R\$ 3.227.224,77 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) referente ao Termo de Execução Descentralizada 01/2020, com vigência de 03/11/2020 a 03/11/2021, cedido pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA). O Objeto é a contratação de consultoria técnica para apoio ao encerramento da Concessão relativa à ligação rodoviária internacional entre os municípios de Santo Tomé (Argentina) e São Borja (Brasil), incluindo o Centro Unificado de Fronteira (CUF), complexo alfandegário e aduaneiro, bem como realização de avaliação econômico-financeira decorrente do encerramento do Contrato Internacional de Concessão. Referido montante foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os trabalhos sob acompanhamento da EPL. Dessa forma, houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD bem como de um passivo pelo TED a comprovar recebido pela EPL. O passivo foi reconhecido no SIAFI.
- A EPL reconheceu a aplicação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos sobre o contrato de aluguel referente ao seu imóvel Sede, cuja prorrogação do prazo do contratual e supressão do valor mensal devido foi firmado por meio de termo aditivo em 30 de agosto de 2019, com vigência de 01 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2024. Como arrendatária, registrou o ativo de

- direito de uso e o passivo de arrendamento.
- c) Reconhecimento de provisão para contingência trabalhista, após o encerramento do exercício no SIAFI.
 - d) Diferença do Prejuízo Acumulado devido a estorno de provisão de créditos de liquidação duvidosa (R\$ 754.761,69), bem como apropriação de despesa de IRPJ e CSLL (R\$ 179.633,29), ambos de competência do exercício de 2019, realizados no SIAFI após o encerramento do exercício.
 - e) Diferença no resultado do exercício decorrente dos lançamentos apresentados nas notas acima mencionadas:

	31/12/2020
Resultado do Exercício no SIAFI	(9.099.617)
Reconhecimento do adiantamento ao PNUD	3.227.225
Efeito líquido do reconhecimento do CPC 06 no resultado	(601.045)
Provisão para contingência	(291.644)
Ajustes referentes ao exercício de 2019	(575.129)
Demais ajustes	9.908
Resultado do Exercício	(7.330.302)

SERPRO
Assinado Digitalmente por:
ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA
CPF/CNPJ:
18077756824 Assinado em:
15/03/2021
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Arthur Luis Pinho de Lima
Diretor Presidente
CPF 180.777.568-24

MARCELO GUERREIRO
CALDAS:80795706120 Assinado de forma digital por
MARCELO GUERREIRO
CALDAS:80795706120
Dados: 2021.03.11 08:57:56 -03'00'

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão
CPF 807.957.061-20

RAFAEL ANTONIO
CREN Assinado de forma digital por
RAFAEL ANTONIO CREN
BENINI:22301191842
Dados: 2021.03.11 15:19:22
-03'00'

Rafael Antonio Cren Benini
Diretor de Planejamento
CPF 223.011.918-42

ANDREIA ALVES
PIMENTA:05625631999 Assinado de forma digital por ANDREIA ALVES
PIMENTA:05625631999
DNS c=BR, ou=ICB-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=EM BRANCO,
ou=118.280.2000157, cn=ANDREIA ALVES
PIMENTA:05625631999
Dados: 2021.03.01 12:07:34 -03'00'

Andreia Alves Pimenta
Contadora
CRC – SC 034016/O-S